

apresentação

A proposta de formar índios como professores para atuarem nas escolas de suas aldeias é, sem dúvida, a principal novidade que impulsiona os novos modelos de escola em comunidades indígenas. Os vários projetos de formação de professores indígenas, em andamento em diferentes regiões do País, vêm demonstrando que isto não só é possível como desejável e altamente rentável em termos pedagógicos e políticos, afastando-se, com isso, do modelo em que professores não-índios lecionavam em português para alunos monolíngües em suas línguas maternas, assessorados por monitores indígenas responsáveis pela tradução daquilo que se pretendia ensinar. Assim, o que se assiste hoje em todo o Brasil é a difusão de um novo modelo em que índios pertencentes a suas respectivas comunidades são por elas escolhidos para serem formados e assumirem a docência das escolas indígenas, enquanto protagonistas de uma nova proposta de educação.

Nesta nova proposta educacional, que rompe com um padrão de escolarização guiado por intenções catequizadoras e/ou civilizatórias, a escola indígena deixa de ser o instrumento de negação da diferença. Orientada pelo respeito à diversidade cultural e lingüística, que marca a existência dos mais de 210 povos indígenas que vivem no Brasil contemporâneo, essa nova escola se propõe potencializar as expressões de identidades culturais que, informadas por sentimentos distintos e particulares de pertencimento étnico, se inserem no movimento de busca de novas formas de relacionamento com os demais segmentos da sociedade brasileira, a serem pautadas pelo respeito mútuo, pelo exercício da compreensão e pela tolerância.

Esse é um processo que vem ganhando força e amplitude nos últimos anos: sua origem está nas experiências pioneiras geradas no âmbito do movimento da sociedade civil de apoio aos índios, que, contra ações governamentais autoritárias, formularam e praticaram novos modelos de escolarização e geraram idéias, conceitos e práticas que influenciaram não só a política do Estado, mas também a legislação que lhe dá sustentação. Nesse processo, deixaram de ser consideradas como experiências alternativas para serem estudadas e difundidas como experiências de vanguarda, capazes

Luís Donisete Benzi Grupioni

Doutorando em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo e pesquisador do Mari – Grupo de Educação Indígena da Universidade de São Paulo (USP).

Foi consultor de política de educação escolar indígena do Ministério da Educação (MEC). grupioni@usp.br

de formular paradigmas a serem testados em outros contextos, por novos agentes. Hoje, a novidade é que esses processos passaram a ser geridos por técnicos governamentais, enquanto política pública. Passou-se do micro ao macro, ampliando-se o número de professores indígenas envolvidos, bem como o de especialistas, técnicos e instâncias governamentais, agências de financiamento e universidades.

Nesse cenário ampliado, muitas e difíceis indagações surgiram: podem as experiências das organizações não-governamentais servir de paradigma para políticas públicas? Que conceitos, práticas e ações gerados em contextos etnográficos particulares podem ser estendidos para arenas multiétnicas e regionais geridas como parte do sistema educacional do País? É possível formular paradigmas que possam balizar experiências governamentais de norte a sul do País? Há consensos pedagógicos e curriculares e procedimentos operacionais que podem ser sistematizados e largamente empregados? Como se auto-avaliam as assim consideradas experiências pioneiras? Que vinculações institucionais elas construíram com as instâncias públicas que gerem a educação? Qual o lugar da reivindicação pela formação de professores indígenas na pauta do movimento indígena organizado? Que tipo de acolhimento o tema tem encontrado na reflexão acadêmica?

Essas são algumas perguntas das quais este *Em Aberto* procura se aproximar, ora buscando respostas, ora reformulando questões. Mais do que certezas sobre um campo em plena constituição, as contribuições que os textos deste volume trazem para o debate refletem o momento que agora vivenciamos, marcado pela expansão quantitativa e pela diversificação das experiências de formação de professores indígenas no País e pela apreensão quanto à qualidade e adequação dessa expansão diante de demandas indígenas bem particulares.

A seção Pontos de Vista inicia-se com “Registros de Práticas de Formação”, em que Nietta Monte inventaria e analisa os níveis de reflexão possibilitados pela prática da escrita de “diários de trabalho” pelos professores indígenas do Acre, ao longo de cada ano, durante o exercício do trabalho docente em suas aldeias, e que depois são lidos, discutidos e comentados, coletivamente, nos cursos de formação

promovidos desde 1983, no âmbito do projeto “Uma Experiência de Autoria”, desenvolvido pela Comissão Pró-Índio do Acre. Esta prática reflexiva, iniciada em 1991, permitiu que o diário de classe deixasse de ser mero documento burocrático para tornar-se um instrumento informativo e formador, tanto para os autores como para seus leitores.

Em “Propostas para a Formação de Professores Indígenas no Brasil”, Wilmar da Rocha D’Angelis, partindo da crítica de noções e práticas em uso no campo da educação escolar indígena, apresenta e justifica dez tópicos que deveriam compor a formação de um professor indígena para atuar na escola de sua comunidade. Apon-tando diferenças entre a figura do professor e a do educador, o autor situa a formação de professores indígenas num contexto de conflito entre as sociedades indígenas e a sociedade nacional, contexto este que deveria impelir, segundo sua proposta, professores e assessores a construir “uma relação pedagógica (e dialética)” que possibilitasse uma reflexão “existencial, filosófica e política profunda”.

No artigo “Educação e Diferença: a formação de professores indígenas em Mato Grosso”, Edmundo Antonio Peggion analisa a experiência da Secretaria de Estado da Educação de Mato Grosso na realização do Projeto Tucum, de 1995 a 2000. Ele mostra como o Projeto partiu da discussão de modelos alternativos de formação para constituir-se na proposta oficial do Mato Grosso para a titulação em nível médio dos professores indígenas do Estado. Após discorrer sobre os princípios e a estrutura do Projeto Tucum, o autor foca sua análise no estudo de um caso específico, o pólo do projeto que atendeu o povo Xavante, demonstrando como os princípios da organização social desse povo mostraram-se presentes em diferentes momentos e atividades do projeto, informando as reações, *performances*, discussões e propostas desses professores indígenas.

Em “A Formação de Educadores Indígenas para as Escolas Xinguanas”, Maria Cristina Troncarelli, Estela Würker, Jackeline Mendes e Kátia Zorthêa descrevem o programa de professores indígenas conduzido desde 1994 no Parque Indígena do Xingu. Tendo como princípio norteador a gestão territorial desta terra indígena, o projeto priorizou o intercâmbio entre os vários povos que lá habitam

e a valorização das línguas indígenas. Descrevendo o contexto em que este trabalho se desenvolve, tanto dentro (envolvendo relações com a comunidade e com lideranças) quanto fora (envolvendo articulações com órgãos oficiais) do Parque, enfatizam, ao longo de todo o artigo, as práticas pedagógicas desenvolvidas pela equipe de formadores e pelos professores indígenas que estão presentes por meio de várias citações de falas em reuniões e de textos escritos.

O texto seguinte, “Krenak, Maxacali, Pataxó e Xakriabá: a formação de professores indígenas em Minas Gerais”, foi escrito pela equipe que conduziu o programa de implantação das escolas indígenas de Minas Gerais dentro da Secretaria Estadual de Educação. O processo de discussão e implementação do programa de educação indígena naquele Estado incluiu não só a construção de escolas e a criação de um programa de formação para os professores indígenas, mas previu também a realização de pesquisas, a preparação e edição de materiais didáticos e a elaboração de propostas curriculares para cada uma das quatro etnias envolvidas. O artigo mostra a participação dos índios, desde o início das discussões até assumirem posições paritárias na coordenação do programa, e como os dilemas e inquietações da equipe coordenadora foram se resolvendo ao longo do percurso.

O artigo “A educação de Adultos e os Povos Indígenas no Brasil” de autoria de Aracy Lopes da Silva, é a tradução do relatório brasileiro apresentado à pesquisa internacional sobre a situação da educação de adultos e de povos indígenas no mundo, conduzida pelo Instituto de Educação da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco), em 15 países diferentes, ao longo de 1999.¹ Nesse artigo, a autora mostra que esses dois campos,

¹ A pesquisa International survey on adult education for indigenous people, conduzida pelo Instituto de Educação da Unesco, em Hamburgo, foi realizada, além do Brasil, nos seguintes países: Bolívia, Canadá, Equador, Groenlândia, Guatemala, Índia, México, Nova Zelândia, Noruega, Peru, Filipinas, Rússia, Tailândia e Estados Unidos. Relatórios finais de alguns desses países podem ser consultados, em inglês ou espanhol, na página <http://www.unesco.org/education/uiie/publications>. Gostaríamos de agradecer à coordenadora internacional da pesquisa, Linda King, pela permissão para verter o texto do inglês para o português e poder publicá-lo neste *Em Aberto*, divulgando-o no Brasil.

educação para população indígena e educação de adultos, apresentam-se de modos distintos no Brasil, e que até então nenhuma convergência fora tentada entre eles, seja em termos de reunião de dados, de definição de políticas educacionais ou de debates acadêmicos. Historicamente, eles têm sido tratados e pensados como dois campos em separado, com problemáticas próprias e independentes. Estabelecendo como ponto de convergência entre essas duas temáticas a problemática da formação de professores e agentes indígenas de saúde, o artigo procura fazer um balanço da situação da educação bilíngüe e intercultural no País, nos últimos anos. Para tanto, toma como matéria de reflexão questionários que foram enviados para órgãos governamentais, universidades, organizações indígenas e de apoio aos índios, com o intuito de levantar suas experiências em programas de formação de jovens e adultos indígenas.

A seção Pontos de Vista encerra-se com o artigo “Projeto Educação Ticuna: arte e formação de professores indígenas”, de Jussara Gomes Gruber, que apresenta as linhas principais do único programa de formação de professores indígenas, desenvolvido por uma organização indígena, a concluir etapas e titular seus professores: trata-se do curso promovido, a partir de 1993, pela Organização Geral dos Professores Ticuna Bilíngües (OGPTB), que atingiu o feito de ter titulado 201 professores em nível médio. Hoje essa organização indígena administra, na cidade de Benjamin Constant (AM), vários cursos que incrementam o programa de formação dos professores Tikuna, incluindo oficinas de saúde, meio ambiente, direitos, arte, materiais didáticos e projeto político pedagógico, entre outros, para 378 alunos matriculados, dos quais 270 estão em sala de aula e os outros 108 preparam-se para o magistério indígena. Esses números, reveladores do tamanho da empreita conduzida pela OGPTB, são apresentados e discutidos neste artigo.

Na seção Espaço Aberto, reunimos três textos de caráter diverso: um documento elaborado pelos índios, um comentário analítico de documento produzido pelo Ministério da Educação (MEC) e entrevistas com professores indígenas.

O primeiro texto, “Para Construir Novas Práticas de Formação de Professores Indígenas: documento final”, corresponde ao

resultado de uma reunião ocorrida entre os dias 23 e 25 de agosto de 2000, promovida pelo MEC no bojo dos seminários realizados para elaborar e avaliar o documento *Referenciais para a formação de professores indígenas* (Brasil, 2002a), reunindo 15 professores indígenas de diferentes regiões do País. Na forma de tópicos, são arroladas as proposições desse grupo de professores em relação ao perfil do professor indígena, ao currículo dos programas de formação desses professores, ao currículo das escolas indígenas, ao material didático, à responsabilidade na formação dos professores indígenas e ao perfil dos formadores desses professores.

No texto seguinte, “Referenciais para a Formação de Professores Indígenas: um livro do MEC como bússola para a escolaridade”, a antropóloga Betty Mindlin analisa justamente a versão final desse documento elaborado pelo MEC e lançado no final de 2002. Problematizando o perfil e os papéis que se esperam do professor indígena, ela mostra que muitas das idéias defendidas no documento têm origem nas experiências de organizações não-governamentais em atividades há mais de duas décadas e que passaram a balizar a política definida pelo Estado para essa área. Trazendo à tona e comentando as principais idéias do documento, a autora enfatiza a necessidade de que elas sejam trabalhadas localmente, de modo a ganhar densidade nas experiências concretas e particulares de cada contexto étnico.

Um último texto integra essa seção: trata-se de um conjunto de entrevistas com três integrantes da Comissão Nacional de Professores Indígenas do MEC. Em “O Ponto de Vista dos Professores Indígenas: entrevistas com Joaquim Maná Kaxinawa, Fausto Mandulão Macuxi e Francisca Novantino Pareci”, podemos acompanhar a história de vida e as reflexões desses três expoentes do movimento indígena por uma educação intercultural. De modos distintos, eles mostram a importância de se ampliar as oportunidades e os investimentos em programas de formação de professores indígenas, não só em nível médio, mas, também, em nível superior.

Na seção Resenhas, quatro livros recentes são objeto de descrição, comentários e críticas elaboradas por antropólogos

que vêm pesquisando e escrevendo sobre a educação escolar indígena no Brasil. Celia Collet analisa o livro *Escolas da floresta: entre o passado oral e o presente letrado*, que corresponde à dissertação de mestrado em educação de Nietta Monte. Ricardo Cavalcanti resenha a coletânea organizada pelo casal Wilmar D’Angelis e Juracilda Veiga, *Leitura e escrita em escolas indígenas*, que reúne os textos e as comunicações apresentados por ocasião do I Encontro de Educação Indígena, realizado no âmbito do 10º Congresso de Leitura do Brasil (Cole). Clarice Cohn debruça-se sobre a coletânea de artigos *Urucum, jenipapo e giz: educação escolar indígena no Brasil*, editada pelo Conselho de Educação Escolar Indígena de Mato Grosso por ocasião da Conferência Ameríndia de Educação, ocorrida em Mato Grosso em 1997. E, por fim, Antonella Tassinari dedica-se ao livro *A história da educação escolar entre os Kurâ-Bakairi*, de Darlene Taukane, que é resultado da dissertação de mestrado em Educação defendida por essa professora Bakairi.

Na última seção, Bibliografia, encontra-se um levantamento bibliográfico, que realizei especialmente para este número, das dissertações e teses em educação escolar indígena no Brasil, defendidas no período de 1978 a 2002, sintetizando referências e resumos dos trabalhos inventariados. Trata-se de um instrumento de pesquisa para aqueles que se dedicam ao tema, seja em termos de pesquisa, seja em termos de atuação, uma vez que o levantamento torna acessíveis informações sobre trabalhos acadêmicos que, de modo geral, tendem a ter uma circulação muito restrita.

Ao compormos este fascículo do *Em Aberto* com tal conjunto de textos, procuramos trazer para o debate algumas das mais importantes experiências de formação de professores indígenas desenvolvidas no Brasil nas últimas décadas, buscando propiciar a discussão dessas experiências e das idéias que elas suscitam. Felizmente há outras experiências, também importantes e que por razões diversas não foram aqui trazidas para o debate, que dialogam com essas, complementam-nas e fazem contrapontos, compondo um amplo espectro de práticas inovadoras nesse campo da formação de professores indígenas.

Agradecendo a todos os autores que se dispuseram a colaborar conosco nessa reflexão, bem como à equipe do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais pela proposição do

tema e pela paciência em aguardar a finalização de todas as contribuições, convidamos o leitor a interagir com as idéias e análises lançadas nas páginas que seguem.